



INDICAÇÃO

SOLICITO AO PODER EXECUTIVO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE (SEMSET), QUE SOLICITE A EMPRESA LORENZUTTI – ATUAL CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO EM GUARAPARI, EXPLICAÇÕES FORMAIS QUANTO A QUALIDADE, REGULARIDADE E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO CONTRATO DE CONCESSÃO.

O vereador que subscreve, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 95, §1º do Regimento Interno, vem, respeitosamente, solicitar ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito e Transporte (SEMSET), providências quanto a qualidade, regularidade e cumprimento das obrigações previstas no contrato de concessão por parte da empresa Lorenzutti.

Solicito que sejam cobradas explicações formais da empresa Lorenzutti sobre os seguintes pontos:

1. **Os constantes atrasos na linha de ônibus**, especialmente nos horários de maior demanda, que vêm prejudicando diretamente os usuários do transporte coletivo municipal;
2. **A falta de circulação da frota completa**, conforme previsto em contrato, o que tem gerado superlotação e demora excessiva nos pontos de embarque;
3. **Retirada de linhas de ônibus de determinados bairros**, como é o caso de Camurugi e outras regiões do interior, que hoje contam com apenas uma linha circulando, o que compromete gravemente o direito de ir e vir da população local;
4. **O cumprimento integral do contrato de concessão**, com apresentação de relatórios atualizados sobre horários, frota ativa, manutenção e justificativas para os problemas relatados

JUSTIFICATIVA

Essa solicitação tem como objetivo buscar transparência, garantir o cumprimento do serviço público essencial de transporte coletivo e assegurar os direitos dos cidadãos de Guarapari, que têm sido afetados pela má qualidade e pela instabilidade do serviço prestado pela empresa concessionária.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
VEREADOR PROFESSOR LUCIANO

O transporte público é um direito básico, e cabe ao Poder Executivo, junto aos órgãos competentes, fiscalizar e garantir que o contrato seja cumprido na íntegra, sem prejuízos à população.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, 09 de abril de 2025.

Professor Luciano

Vereador

Presidente da Comissão de Educação e Cultura

